Jornal do Professor

Adufg SINDICATO

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS – ANO VI – Nº 38 – ABRIL DE 2017

UFG em campanha eleitoral

Duas chapas disputam votos de docentes para a nova diretoria do Adufg Sindicato

Candidatos a reitor definem discursos e movimentam os campus da universidade

Páginas 8, 9 e 10

Fotografia

Olhar sob a Biblioteca Central, no Campus Samambaia. Na foto, professor Robson Carmargo (Emac). **Página 15**

JP NA IMPRENSA NACIONAL

Reportagem que revelou fala de secretária Executiva do MEC sobre cobrança mensalidades nas Ifes leva ministro a se pronunciar na imprensa nacional. **Página 7**

Fotos: Macloys Aquino

UM MATEMÁTICO NA ROÇA

Os novos desafios do professor emérito Genésio dos Reis na produção de leite. **Página 16**

EDITORIAL

Democracia jovem

A experiência democrática é tão jovem no Brasil quanto na UFG, que apenas há 31 anos, desde 1986, tem eleição direta para reitor. Ainda que quem decida, a partir de uma lista tríplece, seja o Ministério da Educação, a escolha da comunidade universitária tem sido respeitada nestes anos e, portanto, soberana. Há 12 anos sem disputas pela reitoria, a eleição de 2017 retoma o debate, o que é imprescindível no ambiente acadêmico. Por outro lado, teremos também disputa pela diretoria do Adufg Sindicato, entidade que desde 1979 experimenta eleições diretas. Nesta edição, uma reportagem conta a movimentação dos candidatos a reitor pelos campus, e também uma análise sobre as tendências para a eleição da diretoria do sindicato.

Confira também, nesta edição, um pouco da história do professor Genésio dos Reis, que da maior parte da vida envolvido na complexidade do mundo da Matemática, com pesquisadores e intelectuais, passou a se interessar pela produção de leite. Ele, que cuida de uma fazenda da família da esposa em Inhumas, diz estar descobrindo um mundo tão ou mais complexo que o das ciências duras, numa experiência em que o amor vale mais que a razão.

Finalmente, confira os argumentos do professor Nelson Amaral, assessor do reitor, contra a possibilidade de cobrança de mensalidades nas Ifes, assunto levantado pelo **JP** e que teve repercussão nacional.

Contato com a redação: (62) 3202-1280 / jornaldoprofessor@adufg.org.br

prestação de contas / informe jurídico

Fevereiro de 2017

1	Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros	
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	289.451,09
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	0,00
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.748,31
1.4	Receitas Financeiras	8.105,70
1.5	Outras Receitas	537,68
1.6	Resgate de aplicações financeiras	3.325,66
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	9,25
Total R$		303.159,19

2	Custos e Despesas Operacionais	
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	65.050,24
2.1.2	Encargos Sociais	29.919,42
2.1.3	Seguro de Vida	509,16
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	716,66
2.1.5	Ginástica Laboral	550,00
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	9.044,16
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	657,72
Total R$		106.447,36

2.2	Serviços Prestados por Terceiros	
2.2.1	Cessão de Uso de Software	1.908,09
2.2.2	Despesas com Correios	637,66
2.2.3	Energia Elétrica	2.422,04
2.2.4	Honorários Advocatícios	6.070,20
2.2.5	Honorários Contábeis	3.306,22
2.2.6	Locação de Equipamentos	465,95
2.2.7	Serviços Gráficos	3.525,00
2.2.8	Honorários de Auditoria	1.123,38
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	2.982,07
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	2.907,32
2.2.11	Vigilância e Segurança	313,50
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	3.400,00
2.2.13	Serviços de Informática	1.500,00
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	1.510,00
2.2.15	Água e Esgoto	316,68
Total R$		32.388,11

2.3	Despesas Gerais	
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	3.828,24
2.3.2	Despesas com Táxi	286,78
2.3.3	Despesas com Coral	2.354,58
2.3.4	Despesas com Grupo Travessias	81,29
2.3.5	Diárias de Viagens	2.641,80
2.3.6	Tarifas Bancárias	156,06
2.3.7	Lanches e Refeições	1.670,06
2.3.8	Quintart	0,00
2.3.9	Patrocínios e Doações	9.657,00
2.3.10	Manutenção de Veículos	0,00
2.3.11	Festas /Reuniões	0,00
2.3.12	Festa Final de Ano	0,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	71,52
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	2.363,27
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campestre	10.724,80
2.3.16	Hospedagens Hotéis	2.746,30
2.3.17	Material de expediente	1.548,15
2.3.18	Outras despesas diversas	2.740,30
2.3.19	Manutenção e Conservação	891,48
2.3.20	Homenagens e Condecorações	0,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	3.947,89
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	10.283,03
2.3.23	Despesas com cursos para aposentados	0,00
2.3.24	Cópias e autenticações	47,66
2.3.25	Sabadart/Festa de Final de Ano Jataí	0,00
2.3.26	Despesas com Greve/ Manifestações	0,00
2.3.27	Despesas com Espaço Saúde	694,48
2.3.28	Despesas com atividades do Espaço Cultural	800,00
2.3.29	Despesas com processos jurídicos	720,00
Total R$		58.254,69

2.4	Despesas Tributárias	
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	1.885,78
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	808,38
Total R$		2.694,16

2.5	Repasse Fundo Social e Contribuições	
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.5.3	Proifes Federação	26.031,68
Total R$		26.031,68

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R$		225.816,00

3	Resultado do exercício 02.2017 (1-2)	77.343,19

4	Atividades de Investimentos	
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	0,00
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	9.168,30
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	7.700,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	0,00
4.1.6	Outras Imobilizações	0,00
Total R$		16.868,30

4.2	Intangível	
4.2.1	Programas de Computador	0,00
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
Total R$		0,00

4.3	Aplicações Financeiras	
4.3.1	Aplicação CDB	0,00
	Total R$	0,00

Total Geral dos Investimentos R$		16.868,30
5	Resultado Geral do exercício 02.2017 (3-4)	60.474,89

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa . Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

AÇÕES COLETIVAS PROTOCOLADAS EM 2016

Pagamentos e correções de exercícios anteriores
- Representados: todos os sindicalizados.
- Situação: ação julgada procedente em primeira instância. UFG recorre da sentença. O processo foi remetido ao TRF 1 para apreciação dos recursos.

Retroatividade de progressões e promoções
- Representados: todos os sindicalizados.
- Situação: Ação julgada procedente em primeira instância e se encontra com a parte requerida (UFG) para, caso queira, ajuizar recurso. O sindicato recorre da parte que julgou prejudicial aos docentes.

Diferença no cálculo do artigo 192
- Representados: docentes titulares e adjuntos aposentados antes da criação da classe de associado.
- Situação: ação ajuizada e determinada a intimação da UFG para apresentar contestação.

POSSÍVEIS AÇÕES JUDICIAIS INDIVIDUAIS

Licenças-prêmio indenizadas
Docentes que se aposentam sem ter gozado as licenças-prêmios e que não as tenham utilizado para a aposentadoria podem cobrar em dinheiro estas licenças. Cada 30 dias de licença-prêmio representa o salário bruto do mês anterior à aposentadoria, sem desconto de imposto de renda e contribuição previdenciária, por se tratar de verba indenizatória. Documentos necessários para ajuizar ação: documentos fornecidos pela assessoria jurídica, portarias de concessão de licenças prêmio, fichas financeiras do ano em que se deu a aposentadoria, portaria de aposentadoria, mapa de tempo de serviço considerado para a aposentadoria e para o abono permanência, cópias dos documentos de identidade, CPF e comprovante de residência.

Retroatividade das progressões e promoções
Progressões e promoções podem ter gerado prejuízos financeiros na contagem do tempo de interstício. O Adufg recomenda que docentes procurem a Assessoria Jurídica para analisar esses processos, porque pode haver necessidade de ajuizamento de ação. Documentos necessários: documentos fornecidos pela assessoria jurídica, cópia do processo administrativo de progressão/promoção funcional, fichas financeiras dos últimos cinco anos, portaria de progressão/promoção, cópias dos documentos de identidade, CPF e comprovante de residência.

Valores reconhecidos administrativamente (exercícios anteriores) e não pagos
A UFG vem reconhecendo valores atrasados que deveriam ter sido pagos em anos anteriores ao da decisão administrativa que os reconheceu. Quando efetuado, o pagamento é feito em valor histórico (sem correção). Entretanto, valores reconhecidos há anos não foram pagos e não há previsão de data para pagamento. Sendo assim, é possível encaminhar medida judicial para satisfação dos valores atualizados. Documentos necessários: documentos fornecidos pela assessoria jurídica, processo administrativo em que houve o reconhecimento dos valores, cópias dos documentos de identidade, CPF e comprovante de residência.

Atendimento

Relacionado às áreas cível e consumerista:
- Segunda-feira, das 8h às 12h
- Local: Sede Administrativa do Adufg Sindicato

Relativo ao funcionalismo:
- Quinta-feira, das 14h às 18h
- Sexta-feira, das 8h às 12h
- Local: Sede Administrativa do Adufg Sindicato

Demais assuntos:
- Terça e quarta-feiras, das 8h às 12h

Local: sede do escritório Eliomar Pires e Ivoneide Escher: Av. T-1, 1473 - St. Bueno, Goiânia. Telefone (62) 3251-7304
Email: juridico@adufg.org.br

Adufg SINDICATO

18ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Presidente

Daniel Christino
Vice-presidente

Edsaura Maria Pereira
Diretora Secretária

Bartira Macedo
Diretora Adjunta Secretária

Anderson de Paula Borges
Diretor Administrativo

Thyago Carvalho Marques
Diretor Adjunto Administrativo

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora Financeira

Luciana Aparecida Elias
Diretora Adjunta Financeira

Peter Fischer
Diretor para Assuntos dos Aposentados e Pensionistas

Maria Auxiliadora de Andrade Echegaray
Diretora Adjunta para Assuntos dos Aposentados e Pensionistas

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS

ANO VI – Nº 38
Abril de 2017

Prof. Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Kalyne Menezes (JP 2636/GO)
Editora responsável

Macloys Aquino (Fenaj 02008/GO)
Edição e reportagem

Bárbara Zaiden (JP 03228/GO)
Reportagem

Ariel Franco, Stefanny Alves, Márcia Oliveira e Charles Adryel
(Estagiários)

Bruno Cabral
Diagramação

Tiragem
3.000 exemplares

Impressão:
Stylo Gráfica
jornaldoprofessor@adufg.org.br
9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova - Goiânia - Goiás
(62) 3202-1280

*Daniel Christino**

Sindicato: espaço de valorização de pessoas

Dentre as várias características que definem a natureza do trabalho na sociedade contemporânea está o progressivo desaparecimento das fronteiras entre a atividade profissional remunerada e o lazer. Há muitos nomes para este processo e ele pode ser visto tanto como um sintoma patológico do capitalismo tardio (desemprego estrutural e precarização das relações de trabalho); quanto uma reconfiguração necessária operada pelo desenvolvimento tecnológico. Em todo caso o que parece próprio a este fenômeno é um processo de transformação da relação entre estes dois âmbitos da existência do trabalhador que antes eram distintos e muito bem caracterizados.

O movimento estrutural de mudança na relação entre trabalho e lazer pode sercompreendido a partir do fenômeno da convergência. Em geral o termo "convergência" pretende definir uma mudança cultural – especialmente no consumo – que se caracteriza pela autonomia do consumidor, proporcionada pelo uso crítico da tecnologia, em relação aos produtos culturais em circulação na sociedade contemporânea[1]. Jenkins se refere às apropriações feitas, em especial, pelas redes de fãs de consumidores de uma determinada franquia cultural.

Assim, os fãs de Star Wars assumem, em fóruns e sites da Internet, autoria sobre uma série de desdobramentos ficcionais do universo narrativo de Guerras nas Estrelas, produzindo livros, contos e histórias em quadrinhos alternativas a partir dos personagens canônicos.

Mas o conceito denota muito mais do que isso. Em certo sentido o trabalho voluntário dos fãs está atrelado à emergência da cultura nerd, para a qual não há, de fato, diferença entre as rotinas de trabalho e as de lazer. Paradoxalmente, eles levam a sério a diversão. Este parece ser, na verdade, o canto de sereia da sociedade contemporânea: você pode trabalhar naquilo que te diverte e, ao mesmo tempo, investir seriamente em um hobby qualquer.

Esta jovem força de trabalho – nascida especialmente na virada do Século XXI – vira de cabeça para baixo a noção de diversão que originalmente significava uma manobra militar para atrair a atenção do inimigo para um local, enquanto o ataque era realizado noutro. Trabalho e lazer "divergiam", e tudo o que fazíamos nos finais de semana, portanto fora do horário de trabalho, era apenas diversão, algo para nos distrair, para tirar nossa atenção da seriedade do trabalho.

Como diz Robert Kurz: "O "trabalho", forma de atividade abstrata e encerrada nesse tempo-espaço específico, teve de ser depurado de todos os elementos disfuncionais da vida, a fim de não perturbar o fluxo temporal linear: trabalho e moradia, trabalho e vida pessoal, trabalho e cultura etc. dissociaram-se sistematicamente. Só assim foi possível nascer a separação moderna entre horário de trabalho e tempo livre".[2]

Na cultura da convergência (nerds, geeks, etc) trabalho e lazer passam a "convergir" e, idealmente, as habilidades e competências necessárias para se apropriar de um produto cultural são as mesmas utilizadas no ambiente de emprego. O trabalho é tão divertido quanto o lazer, e o lazer tão sério quanto o trabalho. Como consequência a produtividade dos trabalhadores aumenta dramaticamente.

Essas mudanças, e a crise da dessindicalização dos anos 80, repercutiram decisivamente na concepção de sindicato que deixou de ser uma máquina ideológica e política contra o capital para tornar-se uma entidade com um horizonte mais amplo de atuação e mais focado na facticidade da vida do sindicalizado.

Mas para entender completamente essa mudança e o papel dos sindicatos é necessário aprofundar a discussão e tematizar o que, de fato, está na essência do fenômeno: a temporalidade. Mais uma vez, diz Kurz: "Embora não nos demos mais conta disso, o que se diz implicitamente é que o tempo de trabalho é tempo sem liberdade, um tempo impingido ao indivíduo (na origem até pela violência) em proveito de um fim tautológico que lhe é estranho, determinado pela ditadura das unidades temporais abstratas e uniformes da produção capitalista".

Um dos fatores, obviamente não o único, da crise do movimento sindical é a adoção de uma concepção de antropologia filosófica do trabalho que não alcança as transformações contemporâneas da temporalidade. O sindicalismo que insiste em ser uma máquina ideológica de classe, radicalizando o papel do trabalhador na luta ideológica pelo fim do capitalismo, ramificando e submetendo sua agenda a de outros agentes políticos vai apenas alienar seu filiado das transformações sociais das quais ele é objeto.

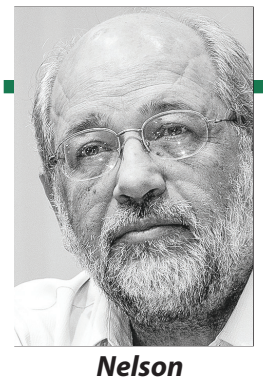
Não é mais possível pensar o fenômeno do trabalho sem levar em consideração outros aspectos da vida do trabalhador. Lugar de luta, o sindicato é, agora mais do que nunca, também o lugar das relações afetivas, das atividades de ocupação e lazer, da festa. Estas dimensões são tão decisivas para o sindicalismo como as relações de trabalho sempre foram. E elas apontam na direção da valorização do local, do cotidiano, do lugar de existência das pessoas. Um sindicato plural, democrático e que abra espaço para o todo da vida do sindicalizado, sem querer submetê-lo, é o que devemos procurar.

Referências

1 - JENKINS, Henry. Cultura da Convergência. Ed. Aleph : São Paulo, 2009.

2 - http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs03019903.htm acessado pela última vez em 21/04/2017.

** Professor da FIC e vice-presidente do Adufg Sindicato*



*Nelson Cardoso Amaral**

FIM DA GRATUIDADE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS?

Dez argumentos em defesa da manutenção da gratuidade

A procura de fontes alternativas para o financiamento do ensino superior conduz, de tempos em tempos, à especulação sobre a introdução de mensalidades nas instituições públicas brasileiras de educação superior. Não raro percebe-se ações governamentais e de parlamentares procurando alterar o texto constitucional que estabelece o princípio da gratuidade nessas instituições.

Diversas personalidades políticas e acadêmicas já expressaram, ao longo do tempo, suas análises sobre esta questão. Examinando essas análises, podemos apresentar pelo menos dez sólidos argumentos que justificam o princípio da gratuidade que consta do artigo 206 da Constituição Federal de 1988:

1. "As razões básicas para este princípio têm a ver com a própria questão da cidadania e da democracia" (Fernando Henrique Cardoso, ex-senador pelo PSDB e ex-presidente da República);

2. "Se as universidades públicas são frequentadas hoje pelos filhos dos ricos que tiveram acesso à escola fundamental e à secundária organizadas pelo setor privado, a solução para isso é melhorar o ensino público em todos os níveis" (Fernando Henrique Cardoso, ex-senador pelo PSDB e ex-presidente da República);

3. "Os estudantes das instituições públicas são, na sua maioria estudantes da nossa sofrida classe média, cujos pais definitivamente não terão recursos para manter os filhos em escolas superiores pagas" (Álvaro Valle, deputado federal pelo antigo PL);

4. "É legítima a defesa do ensino superior público e gratuito no Brasil, pela garantia democrática que oferece à expansão do saber, em uma sociedade tão desigual, injusta e ainda e apesar, pródiga em criatividade e resistência à espoliação" (Nelson Maculan Filho, ex-reitor da UFRJ e ex-secretário da Sesu/MEC);

5. "A suposição de que o investimento em educação não visa a objetivos coletivos e sociais, mas individuais, é um erro cometido por aqueles que defendem a cobrança de mensalidades" (Tomaz Aroldo da Mota Santos e Jacyntho José Lins Brandão, ex-reitor e ex-vice-reitor da UFMG);

6. "O ensino superior é um grau de ensino que desempenha um papel estratégico para o futuro do País" (Newton Lima Neto, ex-Reitor da UFSCAR, ex-presidente do Andes e ex-deputado federal pelo PT);

7. "O valor total arrecadado com mensalidades, mesmo nos países desenvolvidos, representa apenas uma parcela pequena do orçamento das melhores universidades" (Roberto Leal Lobo e Silva Filho, ex-reitor da USP);

8. "a implantação de um sistema tributário mais racional e eficiente, com menos subsídios e menos sonegação, diminuiria a carga relativa do ensino público nos gastos do país" (Flávio Fava de Moraes, ex-Reitor da USP);

9. "Em função da política privatista dos últimos 30 anos, quem consegue passar pelo funil e consegue acesso ao ensino superior brasileiro só encontra 25% de vagas públicas" (Sebastião Elias Kuri e Newton Lima Neto, ex-reitor e ex-vice-reitor da UFSCAR);

10. "Além de serem instituições de ensino, as universidades brasileiras são centros geradores de conhecimento novo, de realização de pesquisas, de formação de quadros especializados, além de ser responsável por enorme produção cultural e que, na maioria dos casos, constituem hoje a última rede de segurança da dilacerada saúde pública, com suas unidades hospitalares" (José Martins Filho, ex-reitor da Unicamp).

Podemos acrescentar ainda o fato de que as universidades federais possuem hoje regras para inclusão de estudantes oriundos de famílias com baixas rendas e pretos, pardos e indígenas e que precisa ter continuidade.

Entretanto, há argumentos apresentados por aqueles que defendem uma maior participação dos estudantes nos custos de seus estudos, pagando mensalidades, e são basicamente os seguintes (La Universidad Latinoamericana En El Fin De Siglo: Realidades y Futuro):

1. "A gratuidade não tornou mais equitativa a educação superior, que se manteve como privilégio das camadas médias e altas da população";

2. "Uma mensalidade maior, combinada com um plano de ajuda financeira para aqueles necessitados é mais equitativa que a gratuidade ou uma mensalidade baixa, que beneficia por igual pobres e ricos";

3. "O aporte adicional de recursos para a Universidade, pela cobrança de mensalidades permite melhorar a qualidade dos serviços acadêmicos que, de outra forma, custariam pouco ou nada, mas também teriam pouco valor para seus adquirentes";

4. "A educação superior é um investimento que se destina ao indivíduo e que, portanto, deve pagar por ela";

5. "O pagamento de mensalidades deve refletir-se em uma maior dedicação aos estudos por parte dos alunos";

6. "O financiamento da instituição por parte do indivíduo criará uma situação de competição entre as Universidades que repercutirá favoravelmente sobre a qualidade" .

Os dirigentes do MEC que tomaram posse após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, num golpe legislativo-jurídico-midiático, por defenderem este conjunto de pontos, sinaliza novamente com a possibilidade de implantar a cobrança de mensalidades nas Universidades Federais brasileiras. Este é um assunto "explosivo" no meio universitário e a deflagração dessa possibilidade causará uma verdadeira "convulsão" em todas as esferas educacionais brasileiros, pois são muito fortes os dez argumentos apresentados para a manutenção da gratuidade.

Esperamos que a gratuidade continue a ser defendida pelos atuais deputados federais e senadores pois "é legítima a defesa do ensino superior público e gratuito no Brasil, pela garantia democrática que oferece à expansão do saber, em uma sociedade tão desigual", como afirmava Nelson Maculan Filho e "o ensino superior desempenha um papel estratégico para o futuro do País", como defendia Newton Lima Neto.

Referências

CARDOSO, Fernando Henrique. Ensino público pago? Folha de S.Paulo, São Paulo, 21 março de 1991.

VALLE, Álvaro. Escola pública paga?, Correio Brasiliense. Brasília, 18 março de 1991.

FILHO, Nelson Maculan. Em defesa do ensino gratuito. O Globo, Rio de Janeiro, 09 março de 1991.

SANTOS, Tomaz Aroldo da Mota e BRANDÃO, Jacyntho José Lins. Universidades Gratuitas. Folha de S.Paulo, São Paulo, 28 julho de 1997.

NETO, Newton Lima. A indefensável bitributação para a escola pública. Folha de S.Paulo, São Paulo, 18 janeiro 1994.

FILHO, Roberto Leal Lobo e Silva. Ensino pago. Folha de S.Paulo, São Paulo, 03 abril 1991.

MORAES, Flávio Fava. Ensino pago não compensa. O Estado de S.Paulo, São Paulo, 21 janeiro 1994.

KURI, Sebastião Elias e NETO, Newton Lima. Ensino pago □ na contramão da história. Folha de S.Paulo, São Paulo, 11 abril 1991.

FILHO, José Martins. Estranho e sinistro conluio. Folha de S.Paulo, São Paulo, 10 junho 1996.

LA UNIVERSIDAD LATINOAMERICANA EN EL FIN DE SIGLO: Realidades y Futuro, Coleção UDUAL, 1995, primeira edição, México.

** Professor do PPGE/FE, assessor especial do Reitor da UFG*

RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG
e de questões jurídicas sobre o magistério superior

Santos Reis

Rogério Neves

Lazinho e Divino da Veinha embaixam, em dupla, uma canção de Santos Reis, acompanhados por Sebastião Rios (FSC), ao centro. O professor coordenou o projeto de extensão "Uso comercial de expressões culturais tradicionais", em Inhumas e região. A foto integra o livro "Toadas de Santos Reis em Inhumas, Goiás – tradição, circulação e criação individual", produto do projeto, publicado em 2015.

Tradução

Arquivo pessoal

Tai Hsuan-an, marido da professora Lee Chen Chen (ICB), teve de traduzir a reportagem "Eu trabalho enquanto tiver alegria", publicada na última edição do JP, para mandar a familiares estrangeiros. A matéria contou um pouco da trajetória de Chen Chen. Na foto, o casal, assim que chegou à Goiás, na década de 1980.

ELEIÇÃO PARA A REITORIA DEVE TER QUATRO DEBATES

A comissão eleitoral para as eleições na UFG vai propor pelo menos quatro debates, um por regional. "Acho que devemos ter a maior quantidade possível (de debates), é o que ajuda esclarecer a comunidade", diz o professor Enes Marra, presidente da comissão. "Esperamos que o processo seja o mais transparente e seguro possível, com o máximo de isonomia", afirma. "E que os candidatos tenham igualdade de condições para expor suas ideias", completa o professor da EMC.

Indicação

Além do professor Enes, compõem a comissão a professora Rosangela de Castro (EMC) e Fernando Pereira dos Santos (aposentado, Cepae), como suplente. As chapas também vão indicar representantes.

Experientes

O Sint-Ifesgo indicou os experientes Tertuliano Neto, o Chicão, Julio Prates e João Alcione dos Santos (suplente), que já conduziram outras eleições, para a comissão. Rafael Jerônimo, Sara Gugel e Gustavo Reis são os representantes do DCE.

Quente

Candidatos a reitor, Edward Madureira, Reginaldo Nassar e Romualdo Pessoa se movimentam desde o final de março, fazendo reuniões e visitas a unidades e regionais, em busca de apoio e ideias para seus programas de gestão.

Desafio

Com discursos bem definidos, os candidatos já fazem suas apostas para o debate eleitoral. Mas o desafio da consolidação, necessidade essencial da UFG, é maior para Edward, que geriu sob os anos de crescimento do Reuni.

Também posso

Em 1989, João Pinto Ferreira, técnico-administrativo da universidade e advogado, defendia que o cargo de reitor não fosse disputado somente por docentes, mas também por servidores.

Sem impedimento

Ele chegou a pedir, na Justiça Federal, uma liminar que suspendesse a eleição, para que ele fosse incluso na lista sêxtupla para os cargos de reitor e vice-reitor. "Não há nenhum óbice legal a que um funcionário técnico-administrativo, estável, possa candidatar-se", disse à época ao jornal *O Popular*. Não conseguiu se inscrever.

Ético

Marcos Loureiro será novamente presidente da comissão eleitoral doAdufg. Seu trabalho na última eleição (2014)foi elogiado."Acho que vai ser mais ou menos como na eleição passada. Minha expectativa é que levemos a bom termo", diz o professor aposentado da FE.

Mais quem

A comissão é formada também por Flávio Sofiati (FCS), Cássio Tavares (FL), José Vanderlei Gouveia (FIC) e Giovani Ehrhardt (Face). Suplentes serão as professoras Jacqueline Rodrigues de Lima (FEN) e Rosana Borges (FIC).

Novo regimento

Nas eleições do Adufg Sindicato, docentes poderão votar em qualquer unidade da UFG e aposentados poderão votar nas unidades onde foram lotados, e não apenas na Sede Administrativa, como era antes.

Reencontro

Uma das justificativas para a mudança de local de votação dos aposentados é a possibilidade de visitar o antigo local de trabalho e reencontrar ex-colegas.

Alerta

Esposa de um professor aposentado recebeu ligação com tentativa de golpe em nome do Adufg Sindicato. Fingindo ser o professor Peter Fischer, um homem informou que o marido tinha direito a R$ 118 mil, referentes a um antigo processo de isonomia. Disseram que valor está retido em uma conta da Justiça Federal.

Golpe

Para receber a quantia, pediram à esposa do professor que depositasse R$ 14 mil, referente a Imposto de Renda, mais R$ 5 mil de custas judiciais numa mesma conta bancária. Eles passaram um número de telefone com o mesmo prefixo do sindicato, 3202. Desconfiada, a mulher ligou no Adufg e percebeu o golpe.

Sindicato vai oferecer coral para crianças

Estimular coordenação motora, a sensibilidade e a disciplina estão entre os benefícios

O projeto do Coral Infanto-Juvenil do Adufg Sindicato é voltado para crianças e adolescentes de 5 a 16 anos, sem cobrança de taxa de matrícula ou mensalidade. Com regência do Maestro Siro Pontes, as atividades estão previstas para o final deste semestre e não exigem conhecimentos prévios sobre a música.

Os benefícios para as crianças e adolescentes vão além do desenvolvimento das habilidades musicais, pois promovem o raciocínio, a concentração e a coordenação motora.

Para o ensino de linguagens, os monitores têm como foco métodos pedagógicos com noções de ritmo, linguagem musical e língua portuguesa, voltados para a interpretação do sentido das letras das músicas.

Os ensaios estimulam a disciplina e a responsabilidade, além de enriquecer a sensibilidade. "As crianças desenvolvem a afetividade, a autoestima e confiança. A música trabalha a inteligência e a integração das famílias com os jovens", afirma a coordenadora do coral, professora Ormezinda Gervásio.

Reconhecimento

O Coral Vozes do Adufg une professores das mais diversas áreas e existe desde maio de 2010. As atividades são desenvolvidas com o auxílio de profissionais da área musical e da fonoaudiologia. O grupo cresceu e despertou o interesse de jovens. Por isso, o presidente do Adufg, Flávio Alves da Silva, fez a proposta de oferecer a atividade a filhos e netos de docentes filiados.

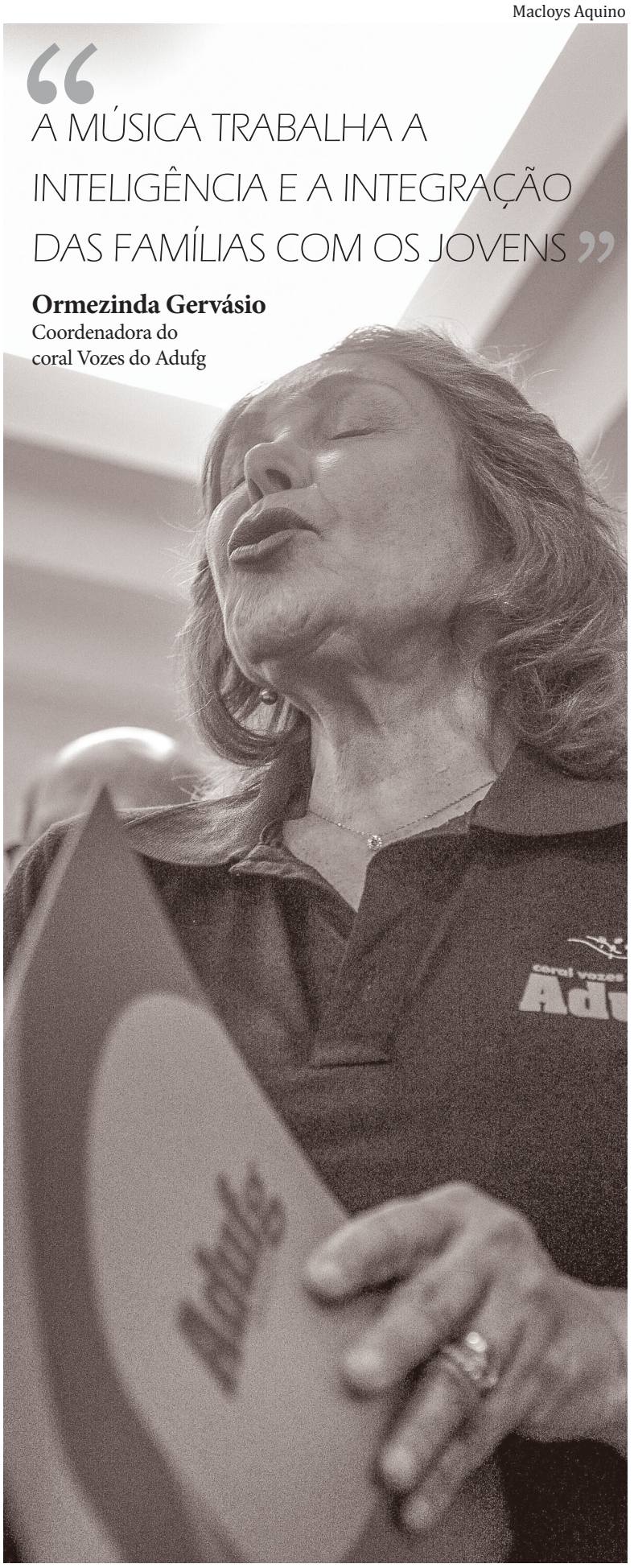
Os dois grupos de coral do sindicato farão parcerias em apresentações, encontros de corais e oficinas de música. Os ensaios serão semanais, com momentos de descontração e brincadeiras musicais.

Socialização

Fortalecimento da cultura e formação interdisciplinar estão entre as principais características de um coral. A prática musical também é um instrumento de socialização, pois foca no trabalho conjunto para estabelecer afinidade e superar individualismos.

O baixo custo da atividade e o caráter coletivo caracterizam os corais como espaços de inclusão. O canto coral é um forte estímulo à convivência e interação entre pessoas.

Macloys Aquino



Ascom / UFG

EVZ emérita

Celso Costa, Mauro Carneiro, Peter Fischer e Salvador Jorge, aposentados da EVZ, receberam do reitor Orlando Amaral o título de professor emérito da UFG, em sessão no dia 20 de abril. "Fizemos o que o nosso coração mandava", resgatou, em seu discurso, Peter Fischer, diretor do Adufg.

Matéria do *Jornal do Professor* repercute em rede nacional

A reportagem "Secretária do MEC defende cobrança de mensalidades", manchete da última edição do **Jornal do Professor**, repercutiu na imprensa nacional e levou o ministro da Educação, José Mendonça Filho, a se pronunciar em jornais e em nota oficial, afirmando que o que foi noticiado não era uma pauta de discussão do MEC.

A matéria, publicada no dia 19 de março, revelou um diálogo com dirigentes do Proifes-Federação em que a secretária Executiva do MEC, Maria Helena de Castro, deixou clara sua ideia de cobrança de mensalidades como saída para a crise financeira em que se encontram as universidades federais brasileiras.

"Nem sei ainda que países têm universidades públicas plenamente gratuitas para todos, independente da situação socioeconômica. O Brasil não pode ficar fora do mundo real", disse a secretária. "A nossa posição sempre foi de que a graduação e a pós-graduação não devem ser cobradas, até por uma questão de realidade nacional", argumentou Eduardo Rolim, presidente do Proifes-Federação.

"Ah, mas vai ser. Sinto muito, mas vamos (cobrar mensalidade). A USP vai começar e quando a maior universidade pública do país começar, as outras vão cobrar, porque você quebra uma barreira", argumentou Maria Helena. Rolim disse que esse debate só seria possível com uma mudança constitucional. "Mas tudo é possível, não acabamos de votar várias PECs? Até a PEC do teto nós votamos", encerrou a secretária.

Em nota oficial, divulgada uma semana após a publicação da reportagem do **JP**, o MEC afirmou que a "gratuidade dos cursos regulares de graduação, mestrado e doutorado, é garantida pela Constituição" e que "nunca esteve na pauta da atual gestão do MEC qualquer mudança que altere este preceito constitucional".

A nota disse ainda que "qualquer discussão em sentido contrário não passa de tentativa de confundir a sociedade com inverdades e manipulações para atender interesses outros que não o da Educação" e que a secretária não havia dito o que está na reportagem. Maria Helena não deu declarações sobre o assunto após a publicação da reportagem do jornal.

Na sequência, o Proifes-Federação, também em nota, reafirmou as falas da secretária e ressaltou a importância da gratuidade e da qualidade no ensino público superior.

Esquerda

O assunto ecoou em blogs e sites ligados a partidos de esquerda, que utilizaram a matéria para afirmar que a cobrança de mensalidades era um projeto do governo Temer, quando isso não foi dito na reportagem. Seria uma tentativa de inflamar movimentos sociais ligados à oposição ao atual governo federal.

O site "Portal Vermelho", por exemplo, afirmou que "depois de congelar por 20 anos os investimentos em educação e acabar com a CLT, o governo Temer quer cobrar mensalidades em universidades e institutos federais". Em seguida, o site dá a palavra ao ex-ministro do governo Dilma Rousseff, Aloizio Mercadante (PT), que afirmou que o projeto é um "retrocesso sem precedentes".

A reportagem do **JP** foi reproduzida em pelo menos dez blogs e sites de notícias nacionais.

EDUCAÇÃO

Cobrança de mensalidade em universidades públicas está fora da pauta, diz MEC

Polêmica sobre cobrança começou após publicação ligada a sindicato divulgar texto sobre o tema. Ao G1, MEC diz que falas da secretária foram deturpadas e que Maria Helena não vai dar entrevista sobre o tema.

Por Ana Carolina Moreno e Ardilhes Moreira, G1
29/03/2017 16h26 · Atualizado 29/03/2017 16h36

8 • Goiânia, março de 2017 ENSINO PÚBLICO Jornal do Professor

Secretária do MEC defende cobrança de mensalidades

"O Brasil não pode ficar fora do mundo real", diz Maria Helena de Castro a dirigentes do Proifes

Ascom/Proifes-Federação

DIÁLOGO

Maria Helena - Nem sei ainda que países têm universidades públicas plenamente gratuitas para todos, independente da situação socioeconômica. O Brasil não pode ficar fora do mundo real.

8 • Goiânia, março de 2017 ENSINO PÚBLICO Jornal do Professor

Secretária do MEC defende cobrança de mensalidades

"O Brasil não pode ficar fora do mundo real", diz Maria Helena de Castro a dirigentes do Proifes

Ascom/Proifes-Federação

Secretária Maria Helena Castro ao centro, reunida com sua equipe e o presidente do Proifes, Eduardo Rolim, e o vice presidente , Flávio Alves da Silva (dir)

Em audiência com dirigentes do Proifes-Federação, a secretária executiva do Ministério da Educação (MEC), professora Maria Helena Guimarães de Castro, defendeu veementemente a cobrança de mensalidades nas universidades e institutos federais. A reunião, em Brasília, ocorreu no dia 16 de fevereiro passado.

Os dirigentes do Proifes haviam marcado o primeiro encontro do ano com o governo para apresentar a pauta de reivindicações da categoria: pontos não implementados do acordo de 2015, isonomia da carreira EBTT e o reajuste salarial deste ano. Mas a conversa, de quase uma hora, foi praticamente toda sobre as contas das universidades.

"Eu sou de universidade, defendo a educação pública, mas acho que temos de olhar para a situação real. Não podemos criar situações incompatíveis com o mundo que estamos vivendo, de queda de receita, de mudança no paradigma da economia do país. Nós só aumentamos em folha de pagamento", começou a secretária, antes mesmo de Eduardo Rolim, presidente do Proifes, terminar de apresentar a pauta.

Logo depois a secretária citou as realidades do ensino superior em Portugal, Inglaterra, França e Alemanha. "Aliás, nem sei ainda que países têm universidades públicas plenamente gratuitas para todos, independente da situação socioeconômica. O Brasil não pode ficar fora do mundo real", disse Maria Helena.

Foi quando Rolim comentou: "A nossa posição sempre foi de que a graduação e a pós-graduação não devem ser cobradas, até por uma questão de realidade nacional, diferente do Brasil para os outros países". E a secretária interferiu: "Ah, mas vai ser. Sinto muito, mas vamos (cobrar mensalidades)".

Maria Helena acredita que a USP, em crise financeira, logo começa a cobrar mensalidade. "E quando a maior universidade pública do país começar a cobrar, as outras vão cobrar, porque você quebra uma barreira", disse a secretária.

Rolim tentou argumentar que a medida exigiria uma reforma constitucional. "Mas tudo é possível", rebateu Maria Helena. "Não acabamos de votar várias PECs? Até a PEC do Teto nós votamos", concluiu. Rolim voltou o assunto à pauta de reivindicações do Proifes. Maria Helena saiu mais cedo da reunião e o governo ficou de marcar novo encontro com a Federação.

FHC

A necessidade de cobrança de mensalidade nas universidades federais foi fortemente defendida pelos governos Fernando Henrique Cardoso (PSDB), de 1995 a 2002, período em que Maria Helena ocupou a presidência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e a mesma secretaria executiva do MEC.

O assunto ficou fora da pauta nacional por 13 anos, durante os governos do PT, momento em que as universidades e institutos federais, sob efeito do Reuni, experimentaram o maior crescimento de sua história. E voltou a ser mencionado em editoriais de jornais nacionais ano passado, assim que Michel Temer (PMDB) assumiu a presidência da República.

DIÁLOGO

Maria Helena - Nem sei ainda que países têm universidades públicas plenamente gratuitas para todos, independente da situação socioeconômica. O Brasil não pode ficar fora do mundo real.

Eduardo Rolim - A nossa posição sempre foi de que a graduação e a pós-graduação não devem ser cobradas, até por uma questão de realidade nacional.

Maria Helena - Ah, mas vai ser. Sinto muito, mas vamos (cobrar mensalidade). A USP vai começar e quando a maior universidade pública do país começar, as outras vão cobrar, porque você quebra uma barreira.

Eduardo Rolim - Mas esse é um debate que deve passar por uma reforma constitucional.

Maria Helena - Mas tudo é possível. Não acabamos de votar várias PECs? Até a PEC do Teto nós votamos

QUEM É

Maria Helena Guimarães de Castro

- Socióloga, professora aposentada de Ciência Política da Unicamp
- Presidente do Inep entre 1995 e 2002 (governo FHC)
- Secretária executiva do MEC em 2002 (governo FHC)
- Secretária de Educação de São Paulo, de 2007 a 2009 (governo José Serra)
- Atual secretária executiva do MEC

Disputa pelo Adufg tende à abstenção e polarização

Chapas repetem tendências políticas que concorrem ao sindicato desde os anos 1990

Docentes da UFG escolherão a nova diretoria do Adufg Sindicato no próximo dia 16 de maio numa eleição que pode repetir pleitos anteriores: alto índice de abstenção e forte polarização, com votação tradicional por unidade acadêmica.

Isso porque os grupos em disputa repetem as mesmas tendências que concorrem ao sindicato desde os anos 1990, com sucessivas vitórias da Chapa 1. Duas chapas foram inscritas, a Chapa 1 – Adufg: Resistência, Democracia E Luta e a Chapa 2: Adufg é Sua!

Mesmo o fato de quase 60% dos docentes ativos hoje terem ingressado na UFG após 2008 (ou seja, mais novos) não mudou significativamente o resultado das últimas eleições, em 2014, que repetiram as tendências verificadas em anos anteriores (*veja quadro*).

Em 2014, 43% dos docentes aptos a votar não compareceram às urnas. Índices de abstenção mais altos ocorreram principalmente nos pleitos quando apenas uma chapa se apresentou para a concorrer à diretoria.

Naquele ano, a Chapa 1 foi eleita com 725 votos, ou 57,4% dos votos válidos (1.263). A Chapa 2 teve 538 (42,6%). Eram 2.269 docentes aptos a votar. Este ano são 2.396 aptos a votar.

A Faculdade de Medicina (FM) é historicamente a unidade mais representativa no quesito ausência. Nas últimas eleições, apenas nove dos 63 docentes aptos da unidade votaram, um índice de abstenção de 85%.

Polarização

Nas últimas eleições, as chapas vencedoras ganharam com mais 60% dos votos nas unidades, o que indica tendência à polarização por área do conhecimento. Houve situações, inclusive, de maioria absoluta em unidades.

Foi o caso da Faculdade de Educação Física (FEF). Todos os 24 votos da unidade foram na Chapa 2, nas eleições de 2014. Isso também ocorreu na Regional Cidade de Goiás, em que todos os 12 votantes escolheram a Chapa 2.

Por outro lado, a Chapa 1 obteve maiorias quase absolutas em unidades como a Escola de Veterinária e Zootecnia (EVZ), com 40 dos 43 votos (93%), ou o Instituto de Informática (INF), com 29 dos 31 votos (93%). Estas unidades repetem essas tendências ao longo dos anos.

Aposentados

Aposentados costumam aumentar a margem de diferença quando há disputa. Em 2001, por exemplo, a Chapa 1 teve maioria entre ativos, mas a diferença foi de apenas 15 votos. Já em 2003, os aposentados pesaram a balança: a Chapa 2, derrotada, teve 24 votos a mais que a Chapa 1 entre ativos.

NA HISTÓRIA*

	Chapa 1	Chapa 2	Diferença
1997	409	282	18 %
1999	422	331	12 %
2001	521	438	08 %
2003	516	438	08 %
2005	525	292	28 %
2007	514	407	11 %
2014	725	538	14 %

* Quando duas chapas disputaram a Adufg, de 1997 até as últimas eleições

AS CHAPAS

Diretorias	Chapa 1 Resistência, Democracia e Luta	Chapa 2 Adufg é sua!
Presidente	Flávio Alves da Silva (EA)	Gene Lyra Silva (Cepae)
Vice-presidente e diretor de Comunicação	Walmirton D'Alessandro (ICB)	Tiago Camarinha (Face)
Secretaria	Veridiana de Moura (EVZ)	Cristiane Lemos (ICB)
Promoções Sociais, Culturais e Científicas	Daniel Christino (FIC)	Sinval de Souza (FL)
Administrativo	João de Deus (Iesa)	Sheila do Couto (IF)
Assuntos Educacionais, de Carreira e do Magistério Superior	Geovana Reis (FE)	Hugo Fonseca (FEFD)
Financeiro	Thyago Marques (EMC)	Rita de Cássia Silva (EECA)
Convênios e Assuntos Jurídicos	Ana Christina Kratz (FE)	Alexandre dos Santos (Goiás)
Assuntos de Aposentadoria e Pensão	Abraao Gomes (IPTSP)	Maria Cunha Pereira (FE)
Assuntos Interinstitucionais	Luis Contim (Jataí)	Leandro Martorell (FO)

Candidatos a reitor movimentam UFG

Edward, Reginaldo e Romualdo fazem visitas e reuniões para definir programas de gestão

A disputa pela reitoria movimenta a UFG desde o fim de março, quando os três candidatos – Edward Madureira (EA), Reginaldo Nassar (ICB) e Romualdo Pessoa (Iesa) – começaram a visitar unidades, fazer reuniões de mobilização e definição de programas de gestão.

A campanha deve ser marcada pelo debate, já que é a primeira com disputa em 12 anos. Desde 2005, quando Edward venceu pela primeira vez, tanto sua reeleição, em 2009, como a eleição de Orlando do Amaral, em 2013, apenas uma chapa se apresenta ao ao pleito.

Consolidação

Edward representa o período em que a UFG experimentou o ápice de seu crescimento sob o Reuni, mas que, num momento de dificuldades econômicas, ainda hoje enfrenta a necessidade da consolidação. Reginaldo e Romualdo criticam a possibilidade da volta de Edward e, apesar de partirem de um ponto em comum, a "necessidade de mudança", têm discursos e programas distintos.

O **JP** acompanhou uma reunião de cada candidato no início de abril. Confira.

Fotos: Macloys Aquino

EDWARD MADUREIRA BRASIL

53 anos

Doutor em Genética (UFG)
Ex-diretor da EA
Ex-reitor da UFG por dois mandados
Ex-secretário executivo do MCTI

Reunião no auditório da Faculdade de Odontologia, dia 11 de abril. Presença de docentes e servidores da administração, docentes e estudantes de várias unidades. Edward falou por dez minutos e a plateia saiu do auditório para se dividir em grupos de trabalho temáticos, nas salas de aula da faculdade. Ali eram discutidas e formuladas propostas ao programa da candidatura. Edward visitou cada um dos grupos.

"Eu estou animado, estou gostando muito de não ficar parado um minuto. Ando para coletar propostas deste projeto que é construído coletivamente"

"A representatividade que temos aqui hoje é muito rica e não acontece em outro momento que não na campanha. A ideia é que o projeto abarque essa representatividade"

"Todo mundo tem meu Whatsapp? Senão, anota. Se quiserem mandar sugestão, ideia, é qualquer hora"

REGINALDO NASSAR FERREIRA

55 anos

Doutor em Zootecnia (UFG)
Ex-diretor do ICB
Ex-presidente do Adufg
Secretário regional da SBPC

Reunião em sala do Centro de Aulas das Engenharias, dia 12 de abril. Presença de docentes ligados à Fapeg, ex-pro reitores e diretores de unidades, e estudantes. Serviu lanche árabe aos presentes. Apresentou organograma e estrutura do programa de gestão, intitulado "Rumo à excelência". Distribuiu formulários para os presentes escreverem sugestões para eixos temáticos. Professores do ICB tomaram a palavra.

"Os vícios são um risco para a democracia, eles não permitem disputa de igual para igual. Houve uma época em que era proibida a reeleição, ela permite que uma estrutura se perpetue no poder"

"Ainda somos referências nos nossos cursos? A universidade sofre ataques para deixar de ser pública e só a qualidade pode conquistar o apoio da sociedade"

"A graduação precisa ter excelência, incentivo e apoio a novos pesquisadores"

ROMUALDO PESSOA CAMPOS FILHO

60 anos

Doutor em Geografia (UFG)
Ex-secretário regional da SBPC
Ex-presidente do Adufg
Ex-superintendente de Ciência e Tecnologia

Reunião em sala de aula da Faculdade de Enfermagem, dia 10 de abril. Presença de dirigentes do Sint-Ifesgo, DCE e UEE, professores das ciências humanas e estudantes. Discutiu estratégias com eventos culturais, artes gráficas e apresentou o mote da campanha "É pra frente que se anda – UFG com qualidade e diversidade". Definiram comissões que elaboram propostas para o programa.

"Temos amplas possibilidades de ganhar essa eleição. Minha candidatura se coaduna mais com técnicos e estudantes"

"Na UFBA, por exemplo, o candidato a reitor ganhou entre técnicos e estudantes. Estou convencido de que temos chances plenas"

"Nunca ninguém geriu a UFG por três vezes. Nossa campanha é para quebrar um pouco o elitismo na UFG"

UFG só tem eleições diretas desde 1986

1981 – 1986

Adufg, Asufego, DCE e CAs conduzem a primeira consulta pública à comunidade acadêmica para a escolha de reitor. A ideia era fazer com que os colegiados superiores da UFG, que escolhiam o principal nome, ratificassem a escolha da comunidade.

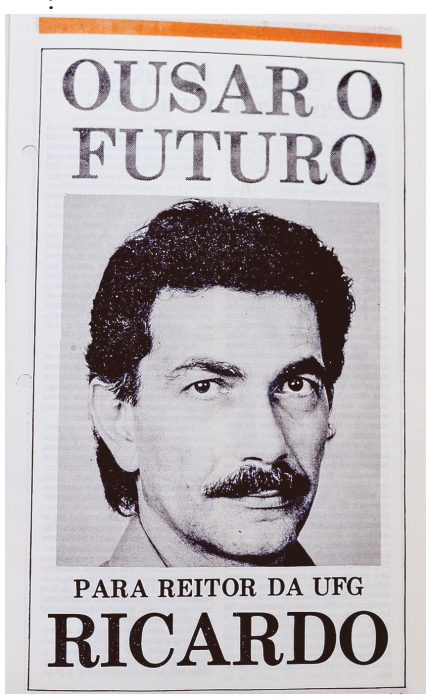
Foram indicados 28 nomes e 16 concordaram em se candidatar. O mais bem votado foi o professor Ary Monteiro, com 6.289 votos. Maria do Rosário Cassimiro teve 4.241 votos, ocupando o quarto lugar.

Os conselhos superiores concordaram com a escolha da comunidade acadêmica. Contudo, a professora Cassimiro foi a escolhida pelo governo militar para ocupar o cargo de reitora.

1990 -1994

Eleito
Ricardo Bufaiçal

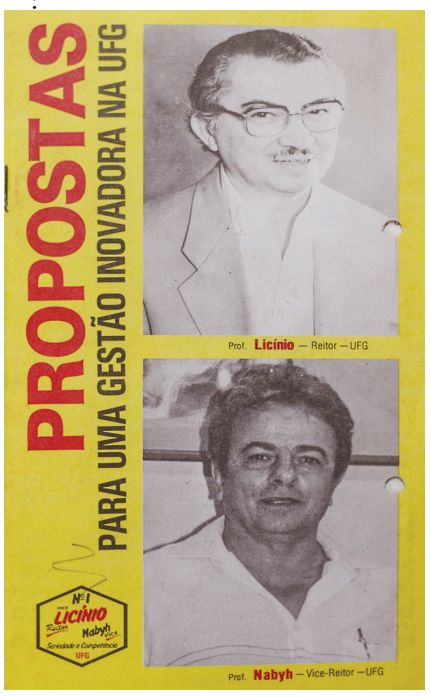
Disputaram
Licínio Barbosa
Paulo Figueiredo



1994 - 1998

Eleito
Ary Monteiro do Espírito Santo

Disputou
Mário Yoshihiro Okuda



1998 - 2002

Eleita
Milca Severino

Disputou
Raquel Teixeir

Reproduções Arquivo/Adufg

2014 - 2017

Candidato único
Orlando Valle do Amaral

2010 - 2014

Candidato único
Edward Madureira Brasil

2006 - 2010

Eleito
Edward Madureira Brasil

Disputaram
Ronaldo Alves Garcia
Eugênio Araújo

2002 - 2006

Candidata única
Milca Severino

Fique atento à eleição para Adufg Sindicato

- Chapas inscritas terão acesso às listas de votantes
- O sindicalizado lotado em mais de uma unidade pode escolher em qual delas votar
- Aposentados podem votar na Sede Administrativa e na unidade onde foram lotados
- A abertura das urnas será feita apenas em locais abertos
- Pensionistas não votam
- Proibidas as votações por meio de procuração
- Para votar o docente deve ser associado há, no mínimo, 60 dias antes das eleições

Adufg na história

Passagens e memórias da construção do sindicato

Notícia do Jornal O Popular, *de janeiro de 1979*

Docentes fundaram órgão de classe

Docentes da Universidade Federal de Goiás reuniram-se numa Associação, fundada em 21 de dezembro do ano passado. São 89 os sócios fundadores, os quais promovem a inscrição de outros docentes, quase todos já pertencentes à Associação dos Servidores da UFG - Asufego. Com a criação da APUFG, atinge a 30 o número de identidades idênticas existentes no Brasil, segundo informação do professor Hélio Furtado do Amaral.

Uma assembléia geral está convocada para a segunda quinzena de março, a fim de apreciar e aprovar o Estatuto da entidade, cujo anteprojeto está sendo preparado pelos professores Sérgio Paulo Moreira, Zezuca Pereira da Silva, Hélio Furtado do Amaral, Joel Pimentel de Ulhoa e Ary Monteiro do Espírito Santo.

ASSEMBLEIA EM SP

De 15 a 17 de fevereiro próximo, por proposta da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, será realizada uma assembléia de todas as associações do País, na capital paulista, com o objetivo de "discutir a autonomia na Universidade, a triagem ideológica, a reforma de ensino/pesquisa e, de modo geral, a reforma universitária, além de questões trabalhistas".

A Associação dos Professores da UFG, em fase de inplantação, deverá fazer-se representar na Assembléia programada para São Paulo, no próximo mês.

Reproduções Arquivo/Adufg

Primeira eleição direta do Adfug ocorreu em 1979

Em 1978 ocorreu a assembleia que fundou a Adufg, Associação de Docentes da Universidade Federal de Goiás. A diretoria provisória foi assumida pelo professor Hélio Furtado do Amaral, aposentado da antiga Facomb.

O vice-presidente foi Joel Pimentel de Ulhoa e Ary Monteiro do Espírito Santo também estava nos quadros, ambos foram reitores da UFG nos anos seguintes. A equipe da Adufg era composta por docentes que coordenaram a elaboração de um regimento e criaram toda a estrutura interna da então associação, que contou inicialmente com 89 filiados, todos ex-filiados à Asufego, hoje Sint-Ifesgo.

"Quando fundamos, não tínhamos pensado em tudo. Eu entendia que a associação era um órgão menos vinculado à noção de sindicato do que deveria. A ideia era que a Adufg assumisse um papel social em relação aos professores", relembra o professor Hélio.

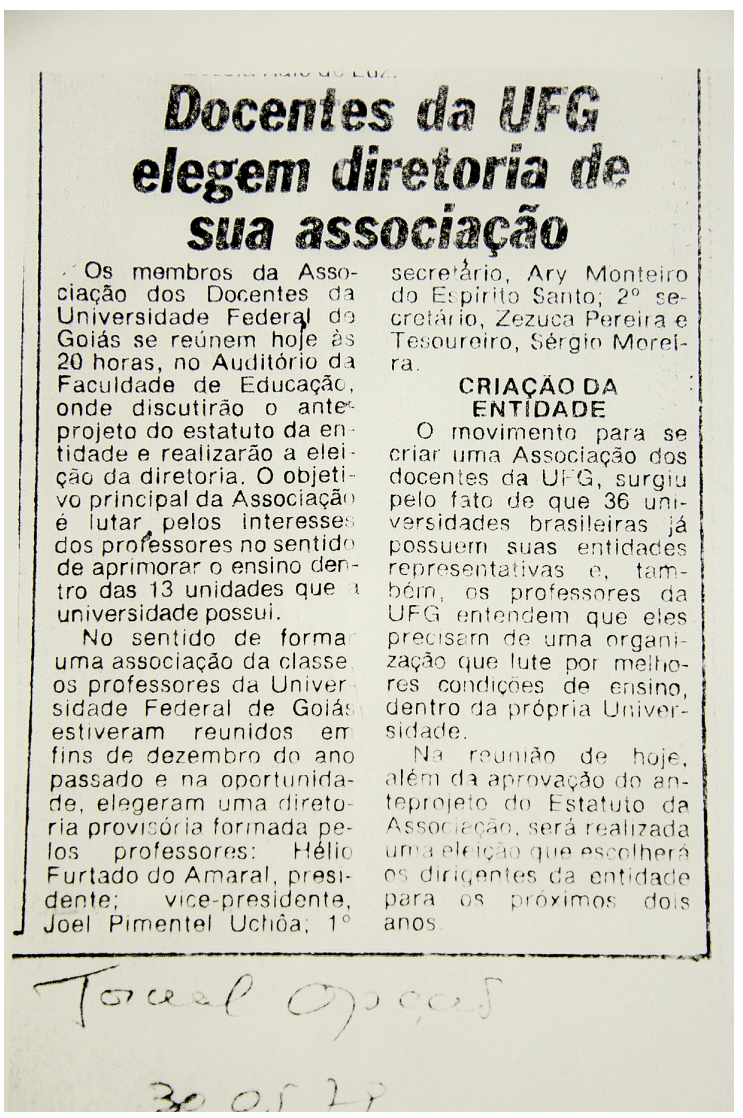
Primeira eleição

Um ano depois, em 1979, ocorreu a primeira eleição direta para a diretoria da associação. A primeira presidente foi a professora Mindé Badauy. A única chapa que concorreu era composta por outros seis docentes. O vice-presidente foi o professor Sérgio Paulo Moreyra, numa eleição com pouco mais de cem votantes.

O objetivo era defender os direitos dos professores, com participação em questões de interesse nacional e regional. Outro intuito era incentivar atividades ligadas à cultura e à ciência.

"O refazer do caminho é o pressuposto básico de um trabalho que pertence a todos. O trabalho não pertence à diretoria, mas a todos os colegas", afirmou a professora Mindé ao Jornal Opção, *em outubro de 1979.*

O clima da época era tenso. Os docentes tinham receio de manifestar o pensamento político devido às repressões do Regime Militar. "Era um momento ímpar, que requeria uma entidade de professores. Existiam muitas ameaças sobre a privatização do ensino superior", diz Mindé ao **JP**.



Docentes da UFG elegem diretoria de sua associação

Os membros da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás se reúnem hoje às 20 horas, no Auditório da Faculdade de Educação, onde discutirão o anteprojeto do estatuto da entidade e realizarão a eleição da diretoria. O objetivo principal da Associação é lutar pelos interesses dos professores no sentido de aprimorar o ensino dentro das 13 unidades que a universidade possui.

No sentido de formar uma associação da classe, os professores da Universidade Federal de Goiás estiveram reunidos em fins de dezembro do ano passado e na oportunidade, elegeram uma diretoria provisória formada pelos professores: Hélio Furtado do Amaral, presidente; vice-presidente, Joel Pimentel Uchôa; 1º secretário, Ary Monteiro do Espírito Santo; 2º secretário, Zezuca Pereira e Tesoureiro, Sérgio Moreira.

CRIAÇÃO DA ENTIDADE

O movimento para se criar uma Associação dos docentes da UFG, surgiu pelo fato de que 36 universidades brasileiras já possuem suas entidades representativas e, também, os professores da UFG entendem que eles precisam de uma organização que lute por melhores condições de ensino, dentro da própria Universidade.

Na reunião de hoje, além da aprovação do anteprojeto do Estatuto da Associação, será realizada uma eleição que escolherá os dirigentes da entidade para os próximos dois anos.

Jornal Opção
30 05 79

Notícia do Jornal Opção, *de maio de 1979*

Investimento em qualidade de vida

Reformas e ampliação de estrutura física e ofertas de serviços de saúde atraem docentes

Desde 2013, os investimentos do Adufg Sindicato em estrutura física e na contratação de profissionais aumentaram significativamente a quantidade de docentes que frequentam as sedes Campestre e Administrativa. O oferecimento de serviços diversos de saúde (pilates, RPG, nutrição e fonoaudiologia), as obras na Sede Campestre (chalés, quiosques e salão de festas) e a ampliação do atendimento jurídico garantiram mais conforto aos sindicalizados (as). Só no ano passado, houve quase 900 atendimentos nos diversos serviços oferecidos pelo Espaço Saúde. Os investimentos são da ordem R$ 2,9 milhões, o que torna o Adufg um dos maiores sindicatos de docentes do Brasil.

SEDE CAMPESTRE

AMPLIAÇÃO E REFORMA

- 12 quiosques (foto 1)
- 12 chalés (que agora têm frigobar e ar condicionado) (foto 2)
- Salão de eventos (foto 3)
- Piscinas (foto 4)

ESPAÇO SAÚDE (MÉDIA MÊS)

898
Atendimentos em 2016

485
Pilates (foto 5)

170
RPG

60
Fonoaudiologia

93
Nutrição

90
Espaço Saúde da Mulher

PLANO DE SAÚDE

5,7 MIL
usuários em 2015

6 MIL
usuários em 2016

CONQUISTAS POLÍTICAS

Registro Sindical
Concedido pelo MTE, dá ao sindicato legitimidade para representar política e juridicamente todos os docentes das universidades federais em Goiás

Mudança no estatuto
Desde março, decisões sobre greve só ocorrerão em urnas (físicas ou eletrônicas), com participação mínima de 30% dos sindicalizados. A mudança aumenta a participação de filiados

Subsedes
O Adufg Sindicato inaugurou, em 2012, a subsede da Regional Jataí e, em 2017, a da Regional Catalão

INVESTIMENTOS (DESDE 2013)

R$ 1,55 milhão
Reforma da Sede Campestre (entrada, chalés, piscinas e salão de eventos) (foto 6)

R$ 774.335
Construção do Espaço Cultural, de Saúde e Lazer (foto 7)

R$ 613.266
Reforma da Sede Administrativa (foto 8)

R$ 2,94 milhões
TOTAL

ATENDIMENTO JURÍDICO

Equipe de seis advogados (mais parceria com profissionais do Rio Grande do Sul)

200
processos administrativos e judiciais em andamento

90
processos correm na Justiça Federal em causas trabalhistas contra a UFG

30
processos protocolados em 2015

136
processos protocolados em 2016

34
processos em 2017 (até março)

Principais ações

- Cobrança de exercício anterior não pago pela UFG
- Correção da situação funcional do docente
- Licença-prêmio convertida em pecúnia e abate-teto

Fotos: Macloys Aquino

1

2

3

4

5

6

7

8

Docentes avaliam atuação do Adufg

Docentes comentam o papel do sindicato e as principais mudanças dos últimos anos, incluindo a atuação política e mudanças no estatuto

Ascom UFG

"O primeiro papel do sindicato é defender politicamente e em questões trabalhistas o profissional que ele representa. O segundo [papel] é criar condições de agregar os professores em torno de atividades socioculturais. O Adufg se destaca diante de outros sindicatos de grandes universidades federais porque é bastante ativo nas questões culturais e sociais. Outros sindicatos não têm sede bonita como a nossa, nem sede campestre ou atividades de saúde. A gente observa que o nosso recurso está sendo bem empregado, com um patrimônio que é bem organizado"

Marilda Shuvartz
(ICB)

Ascom UFG

"O Adufg é importante para os professores da UFG porque tem uma história de luta política, dentro e fora da universidade. É comprometida com os professores. O Adufg sempre valorizou a arte e a cultura dentro da universidade e é parceira da mostra "O Amor, a Morte e as Paixões" desde o início. Para nós, o sindicato é um patrimônio fundamental tanto no campo político, quanto da assistência social. É um campo afetivo frequentado por professores. Nesses últimos anos, o Adufg tem feito um trabalho muito bom, muito bacana"

Lisandro Nogueira
(FIC)

Fábio Alves

"Achei a mudança do estatuto bem razoável. A participação dos professores é baixa [em assembleias]. Mas o horário em que o Adufg faz as assembléias não é de trabalhador, de quem tem compromisso com a universidade. Eu gostei muito da possibilidade da consulta online. Fica tudo bem mais racional. Não sou contra a discussão, sou contra essas discussões que não levam a nada. Fica aquela repetição, que é complicadíssima. A discussão tem que ser em cima da realidade do país e não do utópico. Muita gente que eu conheço não vai às assembléias porque é sempre a mesma coisa"

Célia Maria
(ICB)

Macloys Aquino

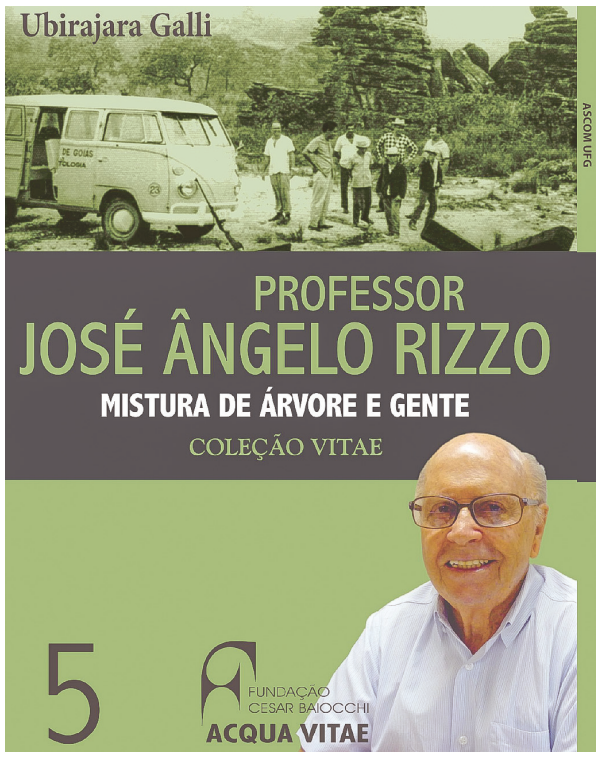
"O primeiro papel do sindicato é defender politicamente e em questões trabalhistas o profissional. A Andes pretendia ser a entidade que representava o ensino privado, municipal, estadual e federal. A dicotomia entre privado e público é uma coisa complexa. Houve a decisão de criar uma federação das universidades federais. Foi por isso que o Adufg participou da criação do Proifes. Na federação não podem existir decisões de cima pra baixo. Cada sindicato é que decide, eles entram em greve se quiser. Não é a entidade nacional que decreta greve"

Fernando Luiz Kratz
(aposentado, IF)

Bárbara Zaiden

"Depois da separação do Andes, ocorreram dois pontos fundamentais: a carta sindical, que sacramentou, definitivamente, o Adufg como sindicato que representa os docentes das universidades federais de Goiás. O segundo foi a reforma do estatuto, que permite que todas as decisões importantes dos docentes da UFG sejam referendadas e decididas pela maioria e não pelos poucos que iam às assembléias intermináveis, onde nunca conseguíamos chegar a um bom termo. A possibilidade de decidir com a maioria é fundamental"

Reinaldo Gonçalves Nogueira
(EMC, diretor da Funape)



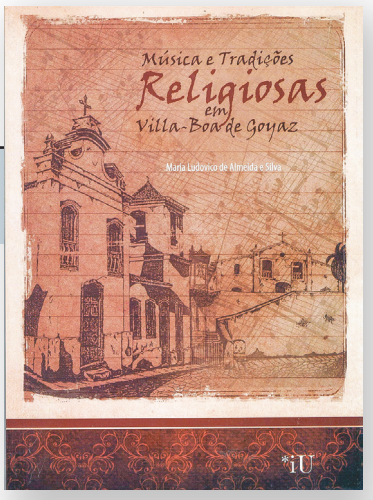
José Ângelo Rizzo: mistura de planta e gente

Obra traz a trajetória de dedicação, estudo, pesquisa e feitos notáveis, reconhecidos nacional e internacionalmente, do professor Ângelo Rizzo, aposentado pelo ICB como professor emérito.
Ângelo foi responsável pela criação do Bosque Auguste Saint-Hilaire, no Campus Samambaia da UFG, e pela Reserva Biológica Prof. José Ângelo Rizzo – Serra Dourada, localizada no município de Mossâmedes, e do Herbário da UFG.
O livro traz o caminho existencial e profissional do professor Rizzo, como é conhecido no mundo acadêmico. "É um farmacêutico que não ficou atrás dos balcões da farmácia, biólogo que foi literalmente para o meio do mato, para as salas de aula, para o laboratório identificar e catalogar a fauna e a flora goiana e tocantinense, gerando, com suas ações, reservas ambientais que são verdadeiros escudos à destruição desenfreada de nossos bens naturais", define o autor da obra, o escritor Ubirajara Galli. Editora Kelps.

Música e tradições religiosas em Villa-Boa de Goyaz

Maria Ludovico de Almeida e Silva */ Editora da Impressa Universitária/ 142 páginas*

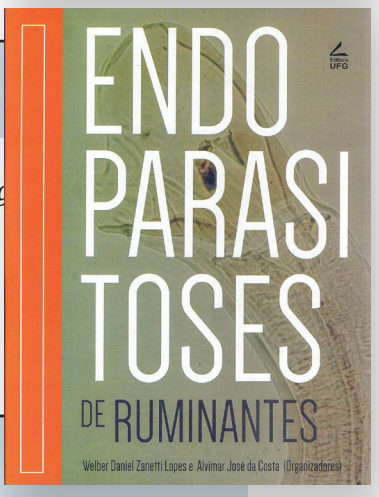
Detalhes da história da música nas celebrações religiosas da antiga capital goiana, a cidade de Goiás. Serve também de referência aos novos pesquisadores do tema.



Endoparasitoses de ruminantes

Welber Daniel Zanetti Lopes e Alvimar José da Costa */ Editora UFG/ 242 pág*

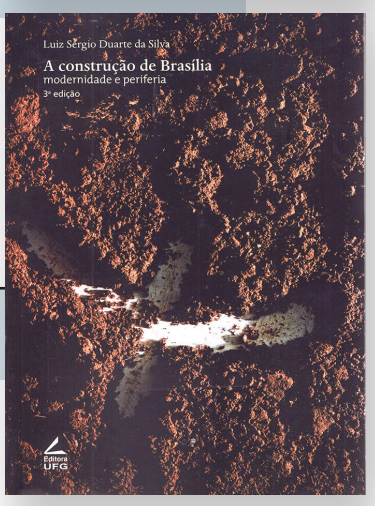
Análise de endoparasitoses em ruminantes com elementos sobre etiologia, morfologia, biologia, patogenia, epidemiologia e técnicas de diagnóstico. Destina-se principalmente a estudantes de medicina veterinária.



A construção de Brasília: modernidade e periferia (3ª edição)

Luiz Sérgio Duarte da Silva */ Editora UFG/ 140 páginas*

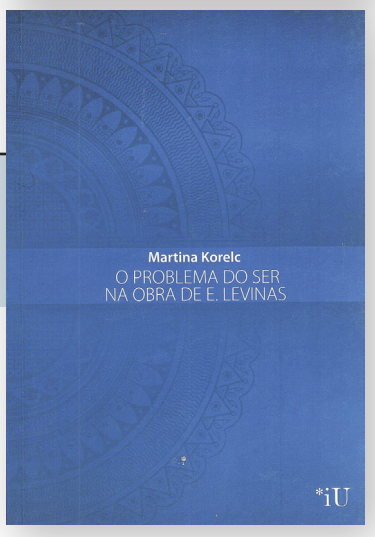
Aborda a construção de Brasília, um lugar de cruzamentos simbólicos, sociais e físicos excepcionais. O autor aplica conceitos e métodos da ciência da cultura, desenvolvidos nas obras de Simmel, Weber e Benjamin.



O problema do ser na obra de E. Levinas

Martina Korelc */Editora da Imprensa Universitária/ 413 páginas*

Interpretação das teorias de Levinas sobre o ser e de que modo elas possibilitaram e ainda possibilitam a crítica da tradição filosófica ocidental. O livro leva a um novo modo de se pensar a alteridade e a subjetividade humanas.



A voz de Capitu na crítica-ficção: relações entre Dom Casmurro e Capitu: memórias póstumas

Rosângela Aparecida Cardoso */ Editora UFG / 252 páginas*

É um estudo minucioso da obra Capitu: memórias póstumas, de Domício Proença Filho. Ao recriar a obra seguindo novos padrões, a autora também faz as análises embasada nas críticas sobre Dom Casmurro publicadas ao longo de 100 anos.

Fotos: Macloys Aquino

Sob a Biblioteca Central

Foto 1
Yuri, Dayana e Pipoca, estudantes de Dança

Foto 2
Estudantes nos puffs do segundo piso

Foto 3
Mesas de estudo individual

Foto 4
Professor Robson Camargo (Emac)

Foto 5
Estudante entre prateleiras do primeiro piso

Foto 6
Servidora no salão de entrada da BC

Foto 7
Eliane Medeiros, estudante da Emac

Macloys Aquino

Um matemático dedicado ao campo

Da Matemática à Filosofia, da Academia ao campo, Genésio dos Reis mescla conhecimentos e mantém estilo de vida produtivo

A aposentadoria compulsória não significou o fim da vontade de aprender para Genésio Lima dos Reis. Depois de aposentado pelo Instituto de Matemática e Estatística (IME), continuou a trabalhar como professor voluntário na UFG e, quatro anos depois de se afastar das salas de aula, está mais ocupado do que imaginava.

Além das palestras em universidades de todo o país, Genésio gerencia a fazenda da esposa, Milsse dos Reis, onde produz média de 1,3 mil litros de leite por dia. Coordena uma organização humanitária e tem um cargo na Cooperativa de Produtores de Leite de Inhumas e Região. Para as palestras, Genésio ainda estuda matemática e se atualiza com os novos estudos e teorias que surgem sobre as mais diversas áreas.

"Sempre que eu posso, exercito a cabeça para me manter ativo. Eu não me imagino aposentado de pijamas. Hoje estou ocupado a todo momento", conta o professor.

Razão e emoção

Ao se aproximar da rotina rural em Goiás, Genésio se deparou com um universo tão ou mais complexo que o dos sistemas dinâmicos, sua especialidade na matemática. Disso, tira valores que norteiam sua vida. Do contato com pessoas simples do campo e intelectuais da academia, notou as diferenças de personalidade e formas de expressão.

Para Genésio, existe algo em comum entre todas as pessoas: somos metade razão, metade emoção. A chave para a felicidade é saber dosar os dois. "Há sempre espaço para melhorar nas duas áreas, porque o amor é inesgotável e o conhecimento também. Saber envelhecer é aumentar o espírito de tolerância", explica.

E completa: sem respeito e empatia é impossível a convivência harmônica no mundo. "O amor é mais importante, porque com ele é capaz de penetrar no âmago das pessoas, detectar quais são as suas necessidades e servi-las com o seu conhecimento", diz.

> "O AMOR É INESGOTÁVEL E O CONHECIMENTO TAMBÉM. SABER ENVELHECER É AUMENTAR O ESPÍRITO DE TOLERÂNCIA"

Administração

Em 2014, depois de aposentado, recebeu o título de professor emérito da UFG. A homenagem é um reconhecimento pelos anos dedicados à instituição. Durante a gestão do professor Joel Ulhôa, Genésio foi pró-reitor de Planejamento e coordenou uma comissão nacional, criada pelo MEC, formada por docentes das mais importantes universidades federais brasileiras para melhorar procedimentos administrativos.

Nesse período a equipe desenvolveu o Sistema de Atividades Docentes, atual Sicad, que ainda hoje é utilizado pelas Ifes. "Começamos de maneira bem rudimentar, fazendo relatórios no papel, a computação dos dados em planilha, até evoluir para um software, que na época ainda era simples", relembra.

O professor comentou as alterações pelas quais o Sicad vai passar, divulgadas pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos (Prodirh), em que as horas não mais serão critério de avaliação. "No atual Sicad também temos as atividades, assim como as horas dedicadas a cada uma delas. Possivelmente o sistema não vai ignorar isso, as horas são um dado objetivo", avalia.

O sistema, criado em 1988 e aperfeiçoado ao longo dos anos, é essencial para o funcionamento das universidades. A tomada de decisões sobre a distribuição de recursos, por exemplo, depende da análise dos dados gerados pelo Sicad.

Formação intelectual

O primeiro aluno a se graduar em Matemática pela UFG foi Genésio dos Reis. Ele conta que, à época, as pessoas que tinham facilidade com a disciplina escolhiam os cursos de Engenharia. Com ele não foi diferente, ficou no curso até que descobriu a profissão de matemático e migrou de área. Não se arrepende da decisão. Após 48 anos na jornada de professor, reconhece: "Dentro do meu potencial, eu fiz o melhor que eu podia. Eu cumpri o meu papel".

Depois de finalizar o doutorado, o professor foi para a Universidade de Califórnia, onde ficou por dois anos como docente convidado. Lá, criou redes de contatos profissionais que manteve durante toda a carreira acadêmica na UFG. "Na ciência não se trabalha sozinho. Esse contato com os pares do mundo todo é importante para o avanço do conhecimento", explica.

Diferente de grande parte das gerações atuais, que separam as afinidades para humanidades e exatas, Genésio é um intelectual com conhecimento em todos os campos. Nos últimos anos tem se dedicado a leitura do filósofo Espinosa. "Pode o método matemático provar a existência de Deus?" foi a última temática abordada em suas palestras.